

-----ATA Nº. 21-----

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016:**

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezasseis, reuniu pelas vinte e uma horas, em sessão ordinária, na Escola Profissional Vasconcellos Lebre, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pela Senhora Presidente da Mesa, Daniela de Melo Esteves e pelos 1.º e 2º Secretário, o Senhor António Ferreira Ribeiro e a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Período Destinado à Intervenção do Público; Período Antes da Ordem do Dia; Ordem do Dia: -----

- 1) Votação da Ata n.º 20; -----
- 2) Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----
- 3) Listagem dos Compromissos Plurianuais; -----
- 4) Revisão Orçamental n.º 2; -----
- 5) Derrama para 2017; -----
- 6) Imposto Municipal sobre Imóveis para 2017; -----
- 7) Participação Variável de IRS para 2017; -----
- 8) Parecer Semestral do Auditor Externo; -----
- 9) Proposta de deliberação de competências na Junta de Freguesia de Barcouço – Proposta n.º 22/2016; -----
- 10) Proposta de deliberação de competências na Junta de Freguesia de Luso – Proposta n.º 23/2016; -----
- 11) Proposta de deliberação de competências na Junta de Freguesia de Pampilhosa – Proposta n.º 24/2016; -----
- 12) 2ª Alteração do Mapa de Pessoal para 2016 – Proposta n.º 28/2016; -----
- 13) Requalificação do Largo Dr. António Antunes Breda – Póvoa da Mealhada – Proposta n.º 30/2016; -----
- 14) Obra de Pavimentação da Estrada Pego-Carvalheiras – Proposta n.º 31/2016;
- 15) Estabilização de Taludes em Barcouço – Proposta n.º 33/2016; -----
- 16) Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Serviço Público de Transporte de Passageiros. -----
- 17) Protocolo de Colaboração no âmbito dos Controlos Oficiais entre a Direção Geral de Alimentação e Veterinária e a Câmara Municipal de Mealhada. -----

O 1.º Secretário da Mesa, Senhor António Ferreira Ribeiro, procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal. -----

Os Senhores Deputados Municipais, Rodrigo Manuel Gomes Breda, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Ana Paula Ribeiro Coelho, solicitaram a sua substituição o que veio a verificar-se por Tiago Miguel dos Santos Neves da Costa Ângelo, Paula Cristina Cardoso P. Machado Pinto, Pedro Manuel Esteves Almeida Simões. Os Senhores Deputados Municipais Fernando Manuel da Silva de Melo, Luís Filipe

Tovim Ferreira, Nuno Miguel Cerveira de Melo e António Miguel de Miranda Ferreira, não estiveram presentes. -----

Seguidamente, a Senhora Presidente da Mesa procedeu à leitura do expediente: -

- Convite dos Bombeiros Voluntários da Pampilhosa para a cerimónia do 90.º Aniversário da Associação, no próximo dia 16 de outubro, informando que o referido convite seria enviado a todos os Senhores Deputados Municipais; -----

- Relatório de Inquérito efetuado aos serviços prestados pela Conservadora do Registos Predial e Civil da Mealhada, na sequência da recomendação aprovada pela Assembleia Municipal que concluiu pela não instauração de processos disciplinares; -----

- Comunicação do Partido Socialista da Concelhia de Mealhada com a informação sobre de desagregação de freguesias do Concelho da Mealhada. -----

De seguida, a Senhora Presidente apresentou, em nome de todos os elementos da Assembleia Municipal, um voto de pesar, ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, pelo falecimento do seu pai. -----

(início: após 02 minutos; fim após 05 minutos) -----

**PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se havia intervenções do público tendo-se inscrito os Senhores Carlos Alberto Esteves Rodrigues e Hugo André M. Alves e Silva. -----

O Senhor Carlos Alberto Esteves Rodrigues interveio, para agradecer, publicamente, o apoio do executivo Municipal, Bombeiros Voluntários, Fundação Mata do Bussaco e populações, no combate aos incêndios que ocorreram no passado mês de agosto, na freguesia de Luso. -----

(início: após 06 minutos; fim: após 08 minutos) -----

O Senhor Hugo André M. Alves e Silva reiterou o teor da intervenção anterior, referindo o comportamento exemplar do executivo Municipal, na defesa das populações e proporcionando as melhores condições aos bombeiros, no combate aos incêndios, tendo referido ainda a importância da prevenção com o envolvimento dos proprietários e solicitado informação sobre a criação de Zona de Intervenção Florestal (ZIF) e quais as medidas previstas. Colocou ainda questões sobre a zona Industrial de Barrô e a intenção de avançar ou não, dado o recente conflito com uma empresa e sobre a publicação de nova "newsletter" anexa à fatura da água. -----

(início: após 08 minutos; fim após 22 minutos) -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que respondeu às intervenções anteriores. -----

Quanto à intervenção do Senhor Carlos Rodrigues, referiu que o executivo cumpriu com o seu dever apoiando no que fosse possível, nas operações, e na Escola Profissional, no fornecimento de refeições. -----

Relativamente à intervenção do Senhor Hugo Silva, quanto à ZIF, fez o historial do processo para a criação da mesma, referindo que se trata de um procedimento municipal que tem como principal objetivo juntar os parceiros florestais.

Esclareceu também que a Zona Industrial de Barrô está prevista no Plano Diretor Municipal, e, para além disso, tem um Plano de Pormenor. O assunto já foi discutido pela Câmara Municipal e para a solução, haverá dois caminhos: ou a Câmara desiste da Zona Industrial de Barrô, alterando o Plano de Pormenor da Zona Industrial e o Plano Diretor Municipal, ou, cede ao pedido de instalação da empresa. -----

Quanto à "newsletter" trata-se de informação junto dos consumidores.-----  
(início após 22 minutos; fim após 35 minutos) -----

Não havendo outras intervenções, a Senhora Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

1) A Senhora Presidente da Mesa informou sobre a realização da reunião do Conselho Municipal de Educação, em 27 de Julho, onde foram prestadas informações várias pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, sobre diversas atividades escolares, a contratação de professores para as AEC, algumas obras a realizar em edifícios escolares, os pedidos de melhoramento do serviço de transporte escolar à Transdev, o pedido de homologação da carta educativa, e ainda, foi feito um ponto de situação relativamente à execução do contrato interadministrativo que não mereceu qualquer objeção pelos presentes, tendo o Presidente do Agrupamento de escolas referido que no âmbito do mesmo, a Escola Secundária da Mealhada está a ser alvo de melhoramentos, o que nunca aconteceu em décadas de existência, pelo Ministério da Educação. -----  
(início após 38 minutos; fim após 39 minutos) -----

2) A Senhora Presidente da Mesa propôs um voto de louvor às Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Mealhada e Pampilhosa e que a seguir se transcreve: -----

*"Num passado muito recente e que demorará a apagar-se da memória de todos foi vivida uma realidade trágica com fogos em todo o país, à qual não escapou o nosso Concelho da Mealhada. -----*

*Foram dias e noites de combate às chamas onde ninguém conseguiu, nem pode, ficar indiferente. -----*

*No êxito do combate aos vários incêndios foi imprescindível a intervenção dos bombeiros e da população em geral que respondeu a todos os apelos, prestando toda a ajuda e auxílio, nos trabalhos de vigília e no apoio logístico, que foi muito. -- Os bombeiros com toda a sua coragem, dedicação, empenho, esforço e abnegação são merecedores de agradecimentos infinitos. -----*

*Assim, todos os membros desta Assembleia Municipal apresentam um voto de louvor e gratidão a todos os bombeiros, em geral, mas a todas as Corporações, em especial, que estiveram presentes no combate aos fogos no Concelho da Mealhada. -----*

*O presente voto é extensível a todos os civis, entidades públicas e privadas que intervieram e prestaram auxílio. -----*

*Pelo significado que tem o presente voto deverá ser transmitido a todas as Corporações de Bombeiros que participaram no combate aos fogos no Concelho*

da Mealhada e ser divulgado nos meios de comunicação da Câmara Municipal, na imprensa regional e local. -----  
Assembleia Municipal da Mealhada” -----

Tendo a mesma sido colocada à votação, foi aprovada por unanimidade.-----  
(início após 39 minutos; fim após 41 minutos) -----

3) A Senhora Deputada Municipal Isabel Lemos, pediu a palavra para ler a seguinte intervenção: -----

*“Passaram-se cerca de dez meses da governação com uma correlação de forças nova e diferente no Parlamento. Este não é o governo do PCP, mas é um governo que vai sendo apoiado pelo PCP, enquanto as medidas que forem tomadas cumprirem os acordos e entendimentos encontrados e firmados, enquanto as medidas tomadas não forem mais ameaçadoras das condições sócio económicas dos trabalhadores portugueses, enquanto as soluções governativas encontradas não forem atentatórias da dignidade dos reformados e pensionistas portugueses. Na verdade o compromisso do PCP é com os trabalhadores e todo o povo deste país. Há contradições profundas entre a defesa, reposição, conquistas de direitos e as regras da U.E. Hoje já muitas vezes, algumas mesmo inesperadas dada a área política de onde provêm, começam a dar razão à posição do PCP que, há trinta anos, avisou, clamou, lutou contra a adesão e as suas consequências nefastas para a economia de Portugal, nomeadamente na destruição do aparelho produtivo. Hoje, em vésperas de 5 de Outubro, quando recordamos o discurso do primeiro-ministro aquando da reposição dos feriados (e vem a talhe de foice que o PS cumpriu uma promessa fácil e lógica já que a abolição dos feriados em nada contribuiu para a melhoria da produtividade, antes foi causa de abaixamento do valor do trabalho, já que os trabalhadores passaram a trabalhar mais dias com o mesmo salário) enaltecendo “dois momentos em que Portugal foi grande” e porque em 1 de Dezembro se tratava de celebrar a defesa e restauração da sua independência, não podemos deixar de trazer aqui esta reflexão. Proclamamos todos liberdade e independência. Mas... no PCP sentimos que não somos independentes enquanto as decisões que nos afetam, que condicionam as vidas, o trabalho, os salários, as pensões dos portugueses forem decididas pelos políticos estrangeiros, pelas instituições europeias que, por princípio cegamente seguido, defendem sempre os países mais ricos e os interesses do grande capital. Afirmamos que continuaremos a lutar para que haja independência e liberdade para escolhermos os investimentos, o desenvolvimento, o emprego, a criação de riqueza e a sua melhor distribuição, para Portugal deixar de ser dos países em que, vergonhosamente, são maiores as desigualdades sociais. Hoje não são necessárias “Aljubarrotas” ou “Ouriques” para realizar a independência e a liberdade. São necessárias condições reais e possíveis para as concretizar, isto é, que sejam os portugueses e os governantes democrática e constitucionalmente instituídos que tracem as linhas de orientação sem constrangimentos ou regras estabelecidas à revelia de quase todos os portugueses. Não podemos tolerar que*

*instituições estrangeiras como o FMI venham impor mais austeridade, que a CE faça uma miserável chantagem acerca da cativação de fundos comunitários por causa do OE para 2017, tentando assim asfixiar a débil economia portuguesa, castigando um povo que ousa tentar encontrar um caminho diferente, assente em serviços públicos de qualidade para todos. Nelson Mandela disse um dia que a “liberdade parcial não é liberdade”. Portugal vive tempos de liberdade e independência parciais. Nós, no PCP, continuaremos a lutar para que Portugal seja um país livre e independente, lutaremos para que os portugueses sejam verdadeiramente livres e independentes. -----*

*Os eleitos da CDU -----*

*Isabel Lemos, António Neves” -----*

*(início após 42 minutos; fim após 47 minutos) -----*

Não havendo mais intervenções foi iniciado o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----**

**1)VOTAÇÃO DA ATA N.º 20: -----**

A Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a Ata n.º 20, tendo efetuado retificações de escrita à mesma. -----

*(início: após 48 minutos; fim após 50 minutos) -----*

O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para chamar a atenção para o facto de haver umas intervenções lidas e subscritas pelos eleitos da CDU, e outras, apresentadas em nome do PCP. -----

No uso da palavra, a Senhora Deputada Municipal, Isabel Lemos, explicou que a coligação termina no dia seguinte à eleição, tendo o Senhor Presidente da Câmara referido que assim sendo, as intervenções deveriam fazer referência aos eleitos do PCP, não parecendo muito coerente que, umas vezes, sejam identificados como eleitos da CDU, e outras, eleitos do PCP. -----

A Senhora Presidente da Mesa esclareceu que as intervenções que constam nas atas, correspondem a documentos referentes às mesmas, entregues por escrito. --

O Senhor Deputado Municipal, António Neves, pediu a palavra, e no uso da mesma, explicitou que a CDU é formada pelo Partido Comunista Português, Partido Ecologista Os Verdes e Intervenção Democrática. Mas, os deputados municipais foram eleitos pela CDU e é isso que prevalece, contudo, no caso concreto, foram propostos pelo PCP. (início após 50 minutos; fim após 53 minutos)

A Senhora Deputada Municipal Isabel Lemos, interveio para ler o seguinte: -----

*“Exmª Srª Presidente da A.M.M. -----*

*Na sessão de 24 de Junho, conforme afirmámos, realmente as gravações áudio das atas não estavam disponíveis no sítio da AMM, na página da CMM. Verificámos logo após o final da sessão, já que V. Exª tinha afiançado o contrário no decurso da mesma e na verdade, tínhamos razão, tal não acontecera. As datas de divulgação anunciadas no sítio também o confirmam. Mas isto é o menos. Não nos conformamos; apesar de em teoria termos aceiteado as novas regras, na prática, concluímos que o novo modelo de atas oculta o que se passa na AMM, desprestigia o seu funcionamento e afasta os munícipes, mesmo os mais interessados (podem verificar que procurar partes dos temas debatidos nas*

sessões não é tarefa fácil). Em coerência, a ata só pode ter o voto contra do nosso grupo. -----

Os eleitos da CDU -----

Isabel Lemos, António Neves” -----

(início após 54 minutos; fim após 55 minutos) -----

A Senhora Presidente da Mesa interveio para responder à intervenção anterior, requerendo a transcrição na ata, atendendo a que não costuma apresentar intervenções por escrito, e só estas é que ficam a constar. -----

*“Declarou não poder concordar com as considerações anteriores, manifestando todo o desagrado pelas mesmas. Não assume as críticas quanto às atas serem ocultas e desprestigiarem o funcionamento da assembleia. A questão das atas é sempre um ponto em que insistem. As atas respeitam a forma de uma ata e a forma de elaboração que foi aprovada por unanimidade. Quando se pretende que uma ata seja uma transcrição daquilo que é dito, demonstra-se desconhecimento sobre o que é uma ata. Uma ata não pode ser um momento político e não se pode querer que conste o ponto e a vírgula que a pessoa disse. Uma ata é um resumo, sendo o que tem sido feito. Relativamente ao facto de ser oculta, disse discordar veementemente, uma vez que está gravada integralmente e está publicitada, independentemente, do que foi apontado em relação às datas. Todas as atas estão na página da assembleia e qualquer pessoa pode ouvir, não sendo verdade que aquilo que está escrito está ao alcance de todos e aquilo que está gravado não está. Referiu ainda que, no caso de não concordarem, em democracia, há sempre a possibilidade de apresentarem, uma proposta de alteração. Acrescentou ainda que no dia em que for proposto que as atas sejam uma descrição ou transcrição de tudo o que for dito, merecerá o seu voto contra porque pela própria natureza não pode ser assim”. -----*

(início: após 55 minutos; fim: após 56 minutos) -----

Posteriormente, a Senhora Presidente da mesa colocou a ata à votação, tendo votado a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Jacinto Gaspar Silva, Tiago Miguel dos Santos Neves da Costa Ângelo, António Ferreira Ribeiro, Maria Clara Luxo Correia, Jorge Filipe de Almeida, Pedro Manuel Esteves de Almeida Simões, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Manuel Amorim da Silva, António da Silva Laranjeira, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis e os Senhores Presidentes de Junta, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes, abstiveram-se os Senhores Deputados Municipais: Paula Cristina Cardoso P. Machado Pinto, Luís Miguel Pereira Brandão e Isabel Dias Santiago e votaram contra, os Senhores Deputados Municipais: Maria Isabel Pinto Lemos e António Nogueira das Neves. -----

A Ata n.º 20 foi aprovada por maioria com 18 votos a favor, 3 abstenções e 2 votos contra. (início: após 56 minutos; fim: após 57 minutos) -----

**2) INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO (Ponto 2 da Ordem do Dia):** -----

1) O Senhor Deputado Municipal, António Neves, pediu a palavra para ler a seguinte intervenção escrita: -----

*“Sr. Presidente da Câmara -----*

*Pretendemos que V.Ex.<sup>a</sup>. nos preste os seguintes esclarecimentos: -----*

*1-Na Posição Atual do Orçamento da Receita, área 05 Rendimentos da Propriedade, há uma rubrica (050703 Empresas privadas) que tinha uma dotação de 1,00 euros mas que, por um encaixe de mais de 300 mil euros, aparece com um enormíssimo grau de execução da receita. A que corresponde esta significativa, segundo parece, realização de receita? -----*

*2-Anexo D -----*

*Rubrica 5496: O pagamento (62.145,14) refere-se aos outdoors publicitários das atividades do concelho? A ser assim, deixa-nos perplexos que se gaste mais em publicidade do que em água ou outros projetos importantes para as populações. --*

*Rubrica 5495: a que se deve esta dívida: 27.758,64€? -----*

*Rubrica 5523: a que se refere a dívida: 39.500€: Carla Alexandra Godinho Pereira*

*3-Elaboração de Projetos -----*

*Rubrica EQ 92: “Projeto de Execução da Reabilitação da Antiga Destilaria do IVV para Instalação de Centro de Promoção e Divulgação de Ideias e Produtos”. O que é o Centro de Promoção e Divulgação de Ideias e Produtos? -----*

*4-Parece-nos muito mal sobretudo, porque está em zona de grande visibilidade, que o edifício que albergou variados estabelecimentos de restauração, junto do Cineteatro Messias, continue votado ao abandono. Seria importante, pelo menos retirar as bandas de lona da cobertura que estão esfarrapadas e efetuar limpeza do “pequeno lago”, anexo. -----*

*Pela CDU -----*

*Isabel Lemos, António Neves” -----*

*(início após 57 minutos; fim após 01 hora e 01 minuto) -----*

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que respondeu às questões colocadas referindo que o valor do ponto 1, se deve aos dividendos da ERSUC; a dívida mencionada no ponto 2, refere-se à compra de um terreno que já está pago; a dívida de 62.145,14€ é de dois sanitários públicos, um no Luso, e outro, em Casal Comba, que já se encontram instalados; sobre o edifício do IVV, explicou que o mesmo faz parte da regeneração urbana; quanto ao edifício conhecido por “19”, esclareceu que a ideia é alterar a parte da esplanada para ficar também abrigada e poder ser instalado um centro para exposição dos produtos do projeto municipal 4 Maravilhas (início após 01 hora e 02 minutos; fim após 01 e 09 minutos) -----

2) O Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, no uso da palavra, felicitou o envio de informação aos munícipes, anexa à fatura da água; solicitou a intervenção da Câmara Municipal junto da Transdev para a resolução de algumas

questões relacionadas com os horários dos transportes escolares que se revelam deficitários; questionou sobre o ponto de situação do Orçamento Participativo e referiu ainda a dificuldade das pessoas que não são do Concelho, de identificarem o edifício do Posto de Turismo, perguntando se existe alguma ideia para alterar a pouca visibilidade. (início após 09 minutos; fim após 13 minutos) -----

A Senhora Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, relativamente ao Orçamento Participativo, referiu que as instalações sanitárias no Luso e Casal Comba estão prontas e que foi feito um parque infantil no Canedo. Comunicou a existência de alguns problemas com o PARKUR que foi indeferido pelo IP, sendo necessário encontrar outra forma de fazer o projeto. Na Rua da Portaria, na Antes, tem havido dificuldades porque existem problemas de registo de propriedade de alguns terrenos. Quanto ao Posto de Turismo, foi dada a ideia, por um Senhor Vereador da Câmara, de tornar mais escura a madeira para que fossem visíveis as letras. (início após 01 hora e 13 minutos; fim após 01 hora e 18 minutos) -----

### **3) LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS:** -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, e uma vez que não houve inscrições deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou esclarecimentos sobre o documento. (início após 01 hora e 18 minutos; fim após 01 hora e 19 minutos) -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS. -----

### **4) REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 2:** -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou informações sobre a Revisão Orçamental, disponibilizando-se para prestar qualquer outro esclarecimento que fosse solicitado. (início após 01 hora e 19 minutos; fim após 01 hora e 20 minutos) -----

O Senhor Deputado Municipal, António Neves, pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal, António Neves, para ler a seguinte intervenção: -----

*“Sr. Presidente da Câmara Municipal -----*

*Pretendemos que V.Ex<sup>a</sup> nos esclareça sobre a questão abaixo descrita. -----*

*Pelo que percebemos, há inscrições/reforços de 5300 euros na rubrica “Posto de vigia Moinho do Pisco” e de 5000 euros em “Parque estacionamento – Luso”, parecendo-nos que compensados por diminuições/anulações na “Requalificação urbana da zona central Luso” e “Requalificação do Jardim Quinta da Nora”. -----*

*Apesar dos valores envolvidos não serem significativos, logo fáceis de colmatar, ainda assim temos interesse em conhecer as justificações para aquelas inscrições/reforços, aparentemente necessidades não previstas ou programadas. Teremos interesse, também, em conhecer a justificação das opções de diminuição/anulação e os reflexos/prejuízos que elas eventualmente possam ter nas requalificações previstas. -----*

*Os eleitos da CDU -----*

*Isabel Lemos, António Neves” -----*



(início após 20 minutos; fim após 22 minutos) -----  
Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que respondeu às questões colocadas informando que o Posto de Vigia Moinho do Pisco não pertence ao Município de Mealhada mas é um posto essencial de vigilância diurna da zona florestal, tendo sido assinado um protocolo entre as Câmaras Municipais de Mealhada, Anadia e Mortágua para a assegurar. Relativamente ao parque de estacionamento do Luso, existe apenas um desenho prévio do Prof. Sidónio Pardal e para a Câmara Municipal avançar com a obra terá que existir um projeto de execução. (início após 22 minutos; fim após 26 minutos)

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa pôs o assunto à votação, tendo a Assembleia Municipal aprovado por unanimidade a REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 2. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

#### **5) DERRAMA PARA 2017:** -----

Não havendo inscrições, a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que fez a análise dos impostos municipais, Derrama, IMI e Participação Variável de IRS (início após 01 hora e 27 minutos; fim após 01 hora e 37 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa pôs o assunto à votação, tendo a Proposta de DERRAMA para 2017, sido aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

#### **6) IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA 2017:** -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, e na ausência de inscrições, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu que a proposta é de taxa mínima. (início após 37 minutos; fim após 38 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação tendo a proposta do IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS para 2017, sido aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

#### **7) PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE IRS PARA 2017:** -----

A Senhora Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir, e na ausência de inscrições, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu que o Município vai continuar a devolver a maioria do IRS cobrado, ou seja, 3%. (início: após 38 minutos; fim: após 39 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação tendo a PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE IRS para 2017, sido aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

**8) PARECER SEMESTRAL DO AUDITOR EXTERNO: -----**

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, e na ausência de inscrições, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do Parecer Semestral do Auditor Externo. -----

**9) PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE BARCOUÇO – PROPOSTA N.º 22/2016: -----**

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo a Senhora Deputada Municipal, Isabel Lemos, pedido a palavra para ler a seguinte intervenção: -----

*“Tomamos agora a palavra para dizer que na presente OT há um extenso rol de delegações de competências, com vista à execução de diferentes obras, em nome da “eficiência e da eficácia” e por via da celebração de contratos interadministrativos. Desde já surgem-nos perguntas: -----*

*- O porquê desta inusitada vaga de propostas de delegação de competências (com vista à execução de obras e por meio da celebração de contratos interadministrativos) que chegam a esta sessão da AMM. Não sendo de modo nenhum de discordância política com o envolvimento e responsabilização das JF, é para clarificação política desta – súbita? – estratégia do executivo camarário...)*

*- Quais os órgãos das freguesias e como foram consultados e envolvidos – se é que (já) o foram – na aceitação das diferentes propostas de delegação de competências por via de contratos interadministrativos. -----*

*Os eleitos da CDU -----*

*Isabel Lemos, António Neves” -----*

*(início após 01 hora e 39 minutos; fim após 01 hora e 41 minutos) -----*

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que referiu que a Câmara Municipal, no Orçamento para 2017, faria constar uma verba de seiscentos mil euros, destinando-se cem mil euros, a cada freguesia. Podem destinar-se a contratos interadministrativos ou ajuda nas competências próprias das freguesias, dependendo do tipo de intervenção que cada uma entenda fazer. Trata-se de uma manobra financeira de descentralização e de motivação as freguesias para a sua ação, o que tem controlos apertadíssimos por parte dos técnicos municipais. (início após 01 hora e 41 minutos; fim: após 01 hora e 48 minutos) -----

O Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, pediu a palavra, e no uso da mesma, perguntou se os Pontos 9 e 15 da Ordem do Dia estariam em duplicado, uma vez que se referem ao mesmo assunto. (início após 01 hora e 48 minutos; fim após 01 hora e 49 minutos) -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que o Ponto 9 – Proposta n.º 22/2016, se refere a um muro de sustentação de terras, que foi parcialmente derrubado, no Lugar de Grada, e o Ponto 15, ao talude, na mesma estrada, que arrunhou com a chuva. (início após 01 hora e 49 minutos; fim após 01 hora e 50 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação, tendo a PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DE

COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE BARCOUÇO – PROPOSTA N.º 22/2016, sido aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

**10) PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE LUSO – PROPOSTA N.º 23/2016:** -----

A Senhora Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir, e uma vez que não houve inscrições, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que prestou esclarecimentos sobre o assunto. (início após 01 hora e 51 minutos; fim após 01 hora e 52 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação, tendo a PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE LUSO – PROPOSTA N.º 23/2016, sido aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

**11) PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE PAMPILHOSA – PROPOSTA N.º 24/2016:** -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, e uma vez que não houve inscrição, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que referiu que será transferido para este projeto parte da dotação do Orçamento Participativo. (início após 52 minutos; fim após 53 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação, tendo a PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE PAMPILHOSA – PROPOSTA N.º 24/2016, sido aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

**12) 2ª ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA 2016 – PROPOSTA N.º 28/2016:** -----

Na ausência de inscrições, a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que explicou que a Câmara Municipal tem de apresentar o seu Quadro de Pessoal, à Assembleia Municipal, no início do ano, com o Orçamento. No orçamento para 2016 não estava previsto o lugar de Médico Veterinário, atendendo a que este não existia no quadro. Relativamente às AEC, é difícil calcular os lugares necessários, solicitando a intervenção do Senhor Vice-Presidente para prestar esclarecimentos sobre o assunto. (início após 01 hora e 53 minutos; fim após 01 hora e 56 minutos) -----

O Senhor Vice-Presidente esclareceu que no Mapa de Pessoal do ano anterior existiam 24 professores das AEC e em 2016, considerou-se que os 24 professores seriam suficientes, contudo, verificou-se que na disciplina de música houve um aumento considerável de inscrições, sendo necessário a contratação de mais um professor. (início após 01 hora e 56 minutos; fim após 01 hora e 57 minutos) -----

A Senhora Deputada Municipal, Isabel Lemos, pediu a palavra para ler a seguinte intervenção: -----

*“As alterações prendem-se com um posto de trabalho de médico veterinário e de um “professor” ; não podemos deixar de sublinhar que é assim que a CM designa, denotando e fomentando confusão a propósito das AEC... -----*

*- Sobre o veterinário, questionamos acerca das condições e dos projetos para a recolha condigna de animais abandonados. Voltamos à questão do canil que não existe e que já mais de uma vez temos inscrito nas propostas do PCP para o orçamento municipal, ao abrigo do estatuto da oposição. O concelho não dispõe de infraestruturas para recolha e tratamento de animais. E agora, passaremos a ter um veterinário dedicado ao concelho mas a não darmos passos para disponibilizar estrutura e serviços daqueles? -----*

*Os eleitos da CDU -----*

*Isabel Lemos, António Neves -----*

*(início após 01 hora e 57 minutos; fim após 01 hora e 58 minutos) -----*

No uso da palavra, o Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, solicitou esclarecimento sobre as propostas de admissão, atendendo a que no ponto 12, da Ordem de Trabalhos, é proposta a admissão de um veterinário e no Ponto 17, da Ordem de Trabalhos, a admissão de mais quatro veterinários. (início após 01 hora e 58 minutos; fim após 2 horas) -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o lugar de veterinário, no Mapa de Pessoal, se refere à criação de um lugar permanente. Os outros veterinários, referidos no Ponto 17, dizem respeito à fiscalização dos matadouros de leitões, a efetuar por veterinários em prestação de serviços, com contratos de avença, no âmbito do protocolo de colaboração a celebrar entre a Direção Geral de Alimentação e Veterinária e a Câmara Municipal. (início após 02 horas 23 horas; fim após 02 horas e 03 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação, tendo a 2ª ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA 2016 – PROPOSTA N.º 28/2016, sido aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

### **13) REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DR. ANTÓNIO ANTUNES BREDA – PÓVOA DA MEALHADA – PROPOSTA N.º 30/2016: -----**

Na ausência de inscrições, a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu tratar-se de um pequeno investimento que foi proposto pelo Senhor Presidente da União das Freguesias e que a Câmara Municipal entendeu, dentro do quadro orçamental, elaborar um contrato Interadministrativo. (início: após 02 horas e 03 minutos; fim após 02 horas e 04 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação, tendo a REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DR. ANTÓNIO

ANTUNES BREDAS – PÓVOA DA MEALHADA – PROPOSTA N.º 30/2016, sido aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

**14) OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA PEGO-CARVALHEIRAS – PROPOSTA N.º 31/2016:** -----

A Senhora Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir, tendo o Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, pedido a palavra para perguntar se a obra seria apenas de pavimentação, ou também, de alargamento da estrada. O Senhor Presidente da Câmara informou que seria de pavimentação e solicitou a intervenção da Senhora Vereadora, Arminda Martins, que esclareceu que a obra contemplaria a reparação de alguns locais mais danificados com abertura de caixa e preenchimento, e posteriormente, uma pavimentação geral no perfil existente. Referiu ainda que o não alargamento da estrada estaria relacionado com questões de segurança, nomeadamente, de velocidade. (início após 02 horas e 04 minutos; fim após 02 horas e 07 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação, tendo a OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA PEGO-CARVALHEIRAS – PROPOSTA N.º 31/2016, sido aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

**15) ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES EM BARCOUÇO – PROPOSTA N.º 33/2016:** -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, e uma vez que não houve inscrições, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu já ter esclarecido, numa anterior intervenção, na sequência de um pedido do Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, a necessidade de estabilização do talude. (início após 02 horas e 08 minutos; fim após 02 horas e 09 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação, tendo a ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES EM BARCOUÇO – PROPOSTA N.º 33/2016, sido aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

**16) MINUTA DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS:** -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que referiu a existência de comunidades intermunicipais e o IMT definiu tipos de transportes: transportes intermunicipais, no município e transportes extramunicipais, nas comunidades intermunicipais. Trata-se de uma delegação de competências do Município para a Comunidade Intermunicipal. (início após 02 horas e 09 minutos; fim após 02 horas e 11 minutos) -----

A Senhora Deputada Municipal, Isabel Lemos, pediu a palavra, para ler a seguinte intervenção: -----

*“Em que medida é que esta proposta da CM pode, por exemplo, facilitar a melhoria de transportes públicos de passageiros, quer seja a mobilidade “interna” para a sede do concelho, quer a melhoria de transportes públicos, a partir de Coimbra, para a zona sul do concelho? -----*

*- Segundo a proposta de contrato: “O Município delega na CIM, no que respeita ao serviço público de transporte de passageiros municipal, as competências de organização, planeamento, desenvolvimento e articulação das linhas do serviço público de transporte de passageiros, bem como dos equipamentos e infraestruturas a ele dedicados.” (Cláusula 5.ª, n.º 2). Assim sendo, que capacidade de decisão reserva o município sobre estas matérias? -----*

*- Como poderão ser dirimidas eventuais divergências entre o município e a CIM? (Ver, p.ex., Cláusula 10.ª: “O Município delega na CIM [...] a competência para determinar obrigações de serviço público ao operador, as quais devem ser apresentadas de forma expressa e detalhada, por referência a elementos específicos, objetivos e quantificáveis.”) -----*

*Há uma fórmula presente na proposta de contrato que reza assim: “[...] devendo ser garantida a gradual implementação de um modelo concorrencial, transparente e não discriminatório, acessível aos diversos operadores de transportes.” (Cláusula 3.ª, n.º 1). Expressamos a nossa discordância com o enfoque dado ao “modelo concorrencial”. Quando o que está em causa é um “serviço público de transporte de passageiros”, a concorrência não é o caminho. -----*

*Os eleitos da CDU -----*

*Isabel Lemos, António Neves” -----*

*(início após 2 horas e 11 minutos; fim após 2 horas e 13 minutos) -----*

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que o sistema resulta de leis da República e não uma invenção da CIM ou da Câmara Municipal. O IMT é uma entidade que a nível nacional teve a responsabilidade de tratar do assunto e o contrato em discussão é um contrato tipo. (início após 15 minutos; fim após 21 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa, pôs o assunto à votação, tendo a MINUTA DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, sido aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor e duas abstenções. Votaram a favor Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Jacinto Gaspar Silva, Tiago Miguel dos Santos Neves da Costa Ângelo, Paula Cristina Cardoso P. Machado Pinto, António Ferreira Ribeiro, Maria Clara Luxo Correia, Jorge Filipe de Almeida, Pedro Manuel Esteves de Almeida Simões, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Manuel Amorim da Silva, António da Silva Laranjeira, Luís Miguel Pereira Brandão, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Isabel Dias Santiago, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis e os Senhores Presidentes de Junta, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 160

Lindo Cardoso, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes; abstiveram-se os Senhores Deputados Municipais: Maria Isabel Pinto Lemos e António Nogueira das Neves. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

## **17) PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DOS CONTROLOS OFICIAIS ENTRE A DIREÇÃO GERAL DE ALIMENTAÇÃO E VETERINÁRIA E A CÂMARA MUNICIPAL DE MEALHADA:** -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que informou que o protocolo de colaboração foi proposta pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária e refere-se à contratação por parte da Câmara Municipal de quatro veterinários, para assegurar o controlo dos matadouros de leitões da Mealhada. (início após 22 minutos; fim após 28 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa, pôs o assunto à votação, tendo o PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DOS CONTROLOS OFICIAIS ENTRE A DIREÇÃO GERAL DE ALIMENTAÇÃO E VETERINÁRIA E A CÂMARA MUNICIPAL DE MEALHADA, sido aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor e duas abstenções. Votaram a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Jacinto Gaspar Silva, Tiago Miguel dos Santos Neves da Costa Ângelo, Paula Cristina Cardoso P. Machado Pinto, António Ferreira Ribeiro, Maria Clara Luxo Correia, Jorge Filipe de Almeida, Pedro Manuel Esteves de Almeida Simões, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Manuel Amorim da Silva, António da Silva Laranjeira, Luís Miguel Pereira Brandão, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Isabel Dias Santiago, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis e os Senhores Presidentes de Junta, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes. Abstiveram-se os Senhores Deputados Municipais: Maria Isabel Pinto Lemos e António Nogueira das Neves. --

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pelas 23 horas e 30 minutos, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, por mim,

Maria de Laçate Mendes Ferreira e Godinho Maria de Laçate Mendes Ferreira e Godinho, Técnica Superior, nomeada por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----

Daniela de Melo Esteves

